

## CIDADE EDUCADORA E GESTÃO MUNICIPAL DEMOCRÁTICA: CONSTITUIÇÃO E EXPERIÊNCIAS DE MUNICÍPIOS DO NORTE GAÚCHO<sup>1</sup>

PAULA DOS SANTOS DE OLIVEIRA  
LUCIANE SPANHOL BORDIGNON

### RESUMO

Esse trabalho objetiva compreender o processo de constituição para se tornar Cidade Educadora a partir das experiências de quatro municípios do norte gaúcho, reconhecendo o papel da gestão municipal na perspectiva democrática para a construção de uma cidade que pode intencionalmente se tornar educativa. A pesquisa, de natureza bibliográfica, traz informações obtidas através de consulta a documentos públicos e questionário consultivo. As reflexões dialogam com autores como Larrosa, (2016) Santos (2010) e a própria carta das Cidades Educadoras (2020) ao abordar princípios, que atravessam as temáticas e revelam as intersecções entre elas no caminho para consolidar um projeto de cidade centrado na democracia, na integralidade, intersetorialidade e participação social.

**Palavras-chave:** Cidade Educadora. Gestão Municipal Democrática. Território. Experiência.

## CIUDAD EDUCATIVA Y GESTIÓN MUNICIPAL DEMOCRÁTICA: CONSTITUCIÓN Y EXPERIENCIAS DE MUNICIPIOS DEL NORTE GAÚCHO

### RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo comprender el proceso de constitución para convertirse en una Ciudad Educadora a partir de las experiencias de cuatro municipios del norte de Rio Grande do Sul, reconociendo el papel de la gestión municipal en la perspectiva democrática para la construcción de una ciudad que intencionalmente pueda convertirse en educativa. La investigación, de carácter bibliográfico, aporta información obtenida mediante la consulta de documentos públicos y un cuestionario consultivo. Las reflexiones dialogan con autores como Larrosa, (2016) Santos (2010) y la carta de Ciudades Educadoras (2020) abordando principios que cruzan los temas y revelan las intersecciones entre ellos en el camino para consolidar un proyecto de ciudad centrado en la democracia, en integralidad, intersectorialidad y participación social.

**Palabras clave:** Ciudad Educativa. Gestión Municipal Democrática. Territorio. Experiencia.

## EDUCATING CITY AND DEMOCRATIC MUNICIPAL MANAGEMENT: IMPLEMENTATION AND EXPERIENCES OF THE CITIES IN THE NORTH OF RIO GRANDE DO SUL.

### ABSTRACT

This work aims to understand the process to become an Educating City based on the experiences of four cities in the north of Rio Grande do Sul, recognizing the role of

---

<sup>1</sup>Artigo apresentado como trabalho de conclusão do curso de Pedagogia na Universidade de Passo Fundo - RS.

municipal management in a democratic perspective, for construction a city that can intentionally become educating. The bibliographic research provides information obtained through consultation of public documents and advisory questionnaire. The reflections dialogue with authors such as Larrosa (2016), Santos (2010) and the Charter of Educating Cities (2020), when addressing principles that cross the themes and reveal the intersections between them on the way to consolidate a city project centered on democracy, integrity, intersectoriality and social participation.

**Keyword:** Educating City. Democratic Municipal Management. Territory. Experience.

## INTRODUÇÃO

Culturalmente a organização das cidades sempre foi vista pelas pessoas como responsabilidade única e somente das autoridades políticas que elegemos de tempo em tempo, como se esse espaço estivesse fora do cotidiano vivido por elas. As reflexões pautadas nesse trabalho levam a interrogações de um novo modelo de cidade, que reconhece no espaço urbano um poder educativo, a partir das relações humanas que são estabelecidas, das políticas de governo local, dos projetos e ações em uma esfera de colaboração em rede que envolve a participação do Estado e da sociedade civil para recriar a cidade na dimensão educadora.

Assim, Cidade Educadora é um conceito que surge na década de 1990, em Barcelona, mas que assume proporção mais ampla e tem se espalhado por diversas cidades brasileiras e internacionais, problematizando reflexões e estudos em diversos eventos acadêmicos e municipais para pensar uma nova constituição de cidade.

Esse movimento que envolve cidade educadora passa por um processo de gestão, sobretudo um processo de gestão municipal democrática, uma vez que implica na decisão da cidade em assumir tal compromisso e na construção de processos coletivos que buscam o envolvimento dos diferentes sujeitos.

As temáticas cidade educadora e gestão municipal democrática emergem das práticas de pesquisa e extensão vivenciadas no Grupo de Pesquisa e Extensão Políticas e Gestão da Educação (GPEPGE), bem como das discussões e estudos realizados no componente curricular Gestão e Organização da Escola I no curso de Pedagogia da Universidade de Passo Fundo (UPF).

A partir dessas experiências o texto trata-se de uma pesquisa bibliográfica e exploratória que intenciona problematizar quais as intersecções relacionadas a constituição e experiências das cidades educadoras com os processos de gestão municipal democrática? Ancorado em contribuições teóricas de autores como Larossa (2016), Santos (2010) e Freire (1992), nos saberes da ciência e nos conceitos basilares que foram aprendidos ao longo do curso de pedagogia através das múltiplas experiências e práticas para além da sala de aula que fortaleceram o caminho da formação inicial, em especial, nas práticas vivenciadas no GPEPGE que permitiram a imersão nas temáticas e o acompanhamento de alguns processos feitos pelas cidades de Camargo, Carazinho, Marau e Soledade.

Para esse estudo elaborou-se um questionário consultivo que foi encaminhado as Secretarias Municipais de Educação dos quatro municípios da região de abrangência da Universidade de Passo Fundo que aderiram ao processo de adesão de cidade educadora a

partir do Programa UniverCidade<sup>2</sup> Educadora e agora estão inscritas na Rede Internacional de Cidades Educadoras (AICE), dialogando internacionalmente com outras cidades, produzindo outros “jeitos” de produzir a vida na cidade.

## **CIDADE EDUCADORA: A POSSIBILIDADE DE NOVOS CAMINHOS PARA (RE) CRIAR A CIDADE**

*Reinventar espaços para ressignificar a vida.*  
- Jaqueline Moll

Há três décadas passadas iniciava-se uma discussão para repensar a formação das cidades. Ora, o que seriam as cidades para além dos seus prédios, casas, ruas e tráfegos? De que modo o lugar em que vivemos interfere na maneira como vivemos, na formação, nas oportunidades profissionais, na qualidade de vida? É nessa conjuntura de repensar a constituição das cidades, reconhecendo nela um potencial educativo, que surge o conceito de cidade educadora, em um movimento que se inicia em Barcelona na década de 1990, mais precisamente em 1994, no III Congresso Internacional de Bolonha, onde se discutia a possibilidade da cidade se tornar educadora, considerando a perspectiva do desenvolvimento integral de seus habitantes.

O sociólogo urbano Park definiu a cidade como:

A mais consistente e, em geral, mais bem-sucedida tentativa de refazer o mundo em que se vive segundo o desejo do seu coração. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, é o mundo em que ele passa a estar condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem qualquer noção clara da natureza da sua missão, o homem ao fazer a cidade refez-se (2013, p.45).

Se a Cidade pode ser feita e refeita a partir dos nossos desejos é preciso antes de tudo saber que cidade somos e que cidade desejamos ser, é preciso ser agente transformador, pertencente desse lugar que tanto tem a nos dizer. Olhar para a cidade em uma dimensão que supera a da subsistência, é nela que produzimos o que precisamos para sobreviver, mas também é nela que relações se estabelecem, é nela que o acesso à cultura, esporte e lazer se tornam uma possibilidade, e é nela que encontramos o caminho para a formação cidadã, para a convivência em sociedade, para a democracia, sobretudo para uma educação humanizadora. Se constituímos uma cidade que por muitas vezes se apresenta desigual, excludente, divida, marcada pela impossibilidade dos sonhos, violência e intolerância, podemos construir uma outra cidade capaz de olhar para todos com senso de sensibilidade.

A cidade se faz e se refaz com as “gentes” que nela vivem, por isso a cidade é um direito de todos que a habitam. Para Harvey o direito à cidade é “[...] muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade de acordo com nossos mais profundos desejos (2012, p. 28)”. As cidades carregam consigo histórias, costumes, tradições, culturas diferentes e infinitas memórias, trazendo diversos elementos que permitem nos pensar cidade na dimensão pedagógica diante da diversidade que compõe o território. E de que território estamos falando? O geógrafo Santos contribui para essa compreensão:

---

<sup>2</sup> Programa da Universidade de Passo Fundo que se constitui-se de uma estratégia de promoção de práticas de Cidades Educadoras e Inteligentes no município de Passo Fundo/RS e região.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (2010, p. 17).

O conceito de território abordado neste artigo é no sentido identitário, daquilo que nos identifica enquanto sujeitos de um determinado lugar, do território que promove socialização, ações educativas, partilha de saberes e experiências, das relações que humanizam, das possibilidades de criar, reinventar, imaginar, pesquisar, do protagonismo cidadão impresso ao produzir o cotidiano da vida, do território que mobiliza. Dos espaços públicos que proporcionam aprendizagens e bem viver. Do lugar que acolhe e inclui as diferentes vozes que ecoam, que derrubam muros e unificam direitos. Do território que pulsa vida ao dialogar com a cidade.

Desse modo, a cidade se traduz em um território efervescente de potências educativas, das alternativas para a superação da desigualdade, da segregação e traz a possibilidade de se produzir futuros diferentes partindo do pressuposto da educação. É necessário explorar o território no intuito de contribuir para o desenvolvimento integral dos seus munícipes, identificando suas potencialidades a fim de qualificá-las, tornando o território da cidade um território educativo.

Continuando a reflexão sobre Cidade Educadora Freire destaca que:

A cidade converte-se em Cidade Educadora a partir da necessidade de educar, de aprender, de imaginar..., sendo educadora, a cidade é, por sua vez, educada. Uma boa parte da sua tarefa como educadora está ligada ao nosso posicionamento político e, obviamente, ao modo como exercemos o poder na cidade e ao sonho e utopia que impregnam a nossa política, no serviço do que e de quem servimos a política de despesa pública, a política cultural e educativa, a política de saúde, transporte e lazer (1992, p. 25-27).

Um novo caminho se torna possível quando a compreensão de cidade se alarga para o entendimento das infinitas possibilidades educativas presentes em cada canto do lugar que vivemos. Quando há o entendimento de que todos os atores da cidade são importantes e desenvolvem um papel pedagógico, contribuindo diariamente na construção desse projeto que abrange a educação formal, não formal e informal<sup>3</sup> a condição de cidade educadora passa a ser também uma condição que retira os seus cidadãos de um estado de desinformação e desinteresse pelo seu desenvolvimento da cidade e os mobiliza para o exercício da cidadania.

De acordo com a Carta de Cidades Educadoras (2020), na contemporaneidade as cidades, grandes ou pequenas, dispõem de inúmeras possibilidades educadoras, mas podem ser igualmente sujeitas a forças e inércias deseducadoras. De uma maneira ou de

---

<sup>3</sup> De acordo com Gohn (2006) a educação formal pressupõe ambientes normatizados, com regras e padrões comportamentais definidos previamente. A não-formal ocorre em ambientes e situações interativos construídos coletivamente, segundo diretrizes de dados grupos. E a informal opera em ambientes espontâneos, onde as relações sociais se desenvolvem segundo gostos, preferências, ou pertencimentos herdados.

outra, a cidade oferece importantes elementos para uma formação integral: é um sistema complexo e ao mesmo tempo um agente educativo permanente, plural e poliédrico, capaz de contrariar os fatores deseducativos.

São muitos os desafios para se construir uma cidade educadora, e certamente um dos núcleos fundantes desta proposta reside na intencionalidade, é ela quem define se os elementos que a cidade nos oferece e nos aponta servirão para a promoção de um território expressivamente educativo ou deseducativo. Certamente não é algo que está pronto, é algo que precisa ser estudado, planejado, fortalecido, provocado, é preciso querer que a cidade faça do seu território uma escola a céu aberto, onde cada canto dela oportuniza aprendizagens.

Segundo Levinski e Tascheto (2013), a cidade torna-se educadora quando decide e assume intersetorialmente o objetivo e a responsabilidade da formação, promoção e desenvolvimento de todos os seus municípios. A expressão cidade educadora atribui às cidades o caráter de agente formador de cidadãos. A cidade com seus processos educativos, educa.

Ao intencionar ser educadora, a cidade desafia-se constantemente a promover condições de desenvolvimento integral, onde todos os sujeitos, tempo e espaços se tornam agentes pedagógicos que contribuem para uma formação cidadã, fundamentada no compromisso com os diversos segmentos da sociedade e na vontade política em melhorar a vida municipal. “Um projeto educativo, construído de forma participativa, passa a ser o local de moradia do poder”. (BENINCÁ, 1994, p. 13-33).

No entanto, a cidade precisa passar por um processo de adesão a Associação Internacional das Cidades Educadoras AICE6, na qual firmará compromissos baseados em princípios que são atualmente a principal referência dos municípios, trazendo para os governos locais subsídios indispensáveis na construção de um projeto de cidade educadora. Apresenta-se alguns princípios de forma resumida que estão presentes na Carta das Cidades Educadoras entre eles, o direito a uma cidade educadora, o compromisso da cidade e ao serviço integral das pessoas.

Em relação ao direito a uma Cidade Educadora a carta expressa:

- 1-Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece;
  - 2- A cidade deverá promover a educação na diversidade para a compreensão, a cooperação solidária internacional e a paz no mundo;
  - 3- A cidade educadora deverá encorajar o diálogo entre gerações;
- (2020, p.10-12).

Essas considerações reafirmam o compromisso político das cidades em contribuir para a construção de territórios que promovam a formação integral contínua dos sujeitos com políticas públicas que incluem e dialogam na concepção intergeracional, tornando possível o direito a cidade e a democracia. Além disso, ressaltam a importância de estarem cientes quanto as demandas e desafios locais para que de maneira organizada, articulada e com causa de conhecimento possam ampliar as experiências educativas de seus municípios.

Ao sinalizar sobre as desigualdades sociais associada aos processos de exclusão, a carta evidencia:

16- As cidades deverão estar conscientes dos mecanismos de exclusão e marginalização que as afetam e as modalidades que eles apresentam assim como desenvolver as políticas de ação afirmativa necessárias. 17- As intervenções destinadas a resolver desigualdades podem adquirir formas múltiplas, mas deverão partir duma visão global da pessoa, dum parâmetro configurado pelos interesses de cada uma destas e pelo conjunto de direitos que a todos assistem; 18- A cidade deverá estimular o associativismo enquanto modo de participação e corresponsabilidade cívica com o objetivo de analisar as intervenções para o serviço da comunidade e de obter e difundir a informação, os materiais e as ideias, permitindo o desenvolvimento social, moral e cultural das pessoas; (2020, p. 16-18).

Esses princípios são norteadores para que as cidades se projetem educativas para além do título, se tornando educadoras nas suas próprias práticas e movimentos que intencionam ramificações para o enfrentamento diário dos desafios e conseqüentemente levam ao desenvolvimento do município. A ideia de cidades educadoras é tecer espaços públicos que se constituem educativos ao entrelaçarem educação formal, não formal e informal, fazendo do seu território um grande currículo vivo, ativo que transversaliza os princípios da cidadania e bem viver.

Nesse sentido falar de cidade educadora é falar de cidades que educam considerando os saberes e conhecimentos que são produzidos para além das instituições de ensino formal. Quando se reconhece que a instituição de ensino formal não é a única responsável pela educação, mas que para além dela a cidade em sua ampla dimensão, também se caracteriza educativa, somam-se forças educativas que conversam uma concepção de educação que reside nos diferentes tempos e espaços e se faz nas relações humanas, na intergeracionalidade, no aprender a aprender conviver em sociedade, “enxergando” na cidade, um currículo vivo, ativo, plural, capaz de formar e transformar realidades.

Esse processo também implica um movimento que perpassa o viés da intersetorialidade, em uma esfera macro que aborda todas as questões de desenvolvimento da cidade com a cidade e é nesse ponto que o papel da gestão se articula com cidade educadora ao viabilizar e mobilizar tais processos.

### **GESTÃO MUNICIPAL: O RECONHECIMENTO NA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA PARA A CONSTITUIÇÃO E EXPERIÊNCIAS DAS CIDADES EDUCADORAS.**

Pensar uma nova reconfiguração das cidades, fazer a passagem de cidade para cidade educadora implica um novo jeito de gestar. Se é necessário interrogarmo-nos sobre que cidade somos e que cidade desejamos ser, também é preciso fazer o movimento de questionarmo-nos que gestão temos e que gestão precisamos ter para tornar a cidade, educadora. Além disso, também é importante o processo de pensar quais caminhos devem ser percorridos para que se consolide a gestão que se deseja. Grandes transformações

iniciam-se com grandes líderes, comprometidos, visionários, qualificados, buscando conhecimento e ideias inovadoras, rompendo modelos administrativos centralizadores.

Essa concepção de gestão aponta para princípios como o diálogo, escuta, participação e avaliação. O diálogo constante com a comunidade, entre as secretarias municipais, instituições e sociedade civil em um todo, a escuta, condição para a democracia, participação, e não qualquer participação, mas a participação efetiva, colaborativa, por meio de diferentes mecanismos, e por fim, avaliação, uma vez que quem se propõe a fazer também se dispõe a avaliar e ser avaliado, questão essencial para qualquer governo que de fato preze pela convivência democrática e por resultados que beneficiam o coletivo.

Nesse contexto, o projeto Cidade Educadora só se torna possível quando esse está alicerçado em uma clara e objetiva decisão da gestão municipal, de caráter democrático, revelando as intencionalidades do poder local para com a cidade ao mobilizar os sujeitos para a construção de processos coletivos. Levinski (2008 p.12), considera que “o processo participativo é conquistado na complexidade do cotidiano, contrapondo-se a algo “dado”, “concedido”; exige compreensão sobre o próprio processo e sobre o contexto social em que este se concretiza”. Ou seja, a participação social precisa ser construída permanentemente, avaliando a realidade, as circunstâncias que as vezes distanciam as pessoas e a impendem de contribuir de forma mais efetiva e clara. Dessa maneira, cabe destacar o quão importante se faz a formação continuada dos gestores, para que os projetos e ações permaneçam se ressignificando, fazendo sentido e mantendo longevidade.

Segundo Medeiros e Luce (2006, p. 18-19), “a gestão democrática, reflete processos de participação social: na formulação de políticas educacionais; na determinação de objetivos e fins da educação; no planejamento; nas tomadas de decisão; na definição sobre alocação de recursos e necessidades de investimento; na execução das deliberações; nos momentos de avaliação”.

É fundamental conhecer o contexto da cidade, interpretar o que a cidade tem a dizer, articular ações que mobilizem os sujeitos e os convidam para se pensarem cidade, para se enxergarem pertencentes do lugar em que vivem. É nesse processo que se percebem as intenções do poder público local que atravessam as políticas de governo e se consolidam na gestão. Gestar um município é sempre desafiador porque intenciona um planejamento com a cidade na dimensão da integralidade e da intersetorialidade, considerando sua amplitude.

Desse modo, buscamos nesse artigo reconhecer o trabalho das gestões municipais das cidades da nossa região. Para tanto, optamos por realizar uma pesquisa exploratória, no sentido de capturar mais elementos a respeito das experiências ao assumirem o compromisso de se constituírem Cidades Educadoras fazendo parte da AICE, a qual conta com mais 500 cidades de 36 países, sendo 21, cidades brasileiras. Nesse sentido, Larrosa contribui com uma reflexão sobre experiência quando diz que:

[...] fazer uma experiência com algo significa que algo nos acontece, nos alcança; que se apodera de nós, que nos tomba e nos transforma. Quando falamos em “fazer” uma experiência, isso não significa precisamente que nós a façamos acontecer, “fazer” significa aqui: sofrer, padecer, tomar o que nos alcança receptivamente, aceitar, à medida que nos submetemos a algo. Fazer uma experiência quer dizer, portanto, deixar-

nos abordar em nós próprios pelo que nos interpela, entrando e submetendo-nos a isso. Podemos ser assim transformados por tais experiências de um dia para o outro ou no transcurso do tempo. (LARROSA, 2016. p. 143).

As palavras de Larrosa levam a compreensão da experiência como algo que passa e fica, toca e transforma. Exatamente esse movimento que Cidade Educadora proporciona de uma experiência que leva a transformação, uma vez que tal projeto é a ideia da educação durante toda a vida. Transformam-se os pensamentos, o olhar para a cidade, as ações, transformam-se as vidas dos que nela residem. Transforma-se também os governos ao optarem por fazer uma gestão democrática, participativa, inclusiva, que escuta, avalia e projeta o seu território coletivamente e através das experiências reencantam a vida dos seus munícipes.

Nesse contexto, encaminhamos para representantes dos municípios aqui referidos um questionário consultivo e a partir da devolutiva foi possível identificar as ações, políticas e intencionalidades dos governos locais ao se constituírem Cidade Educadora.

Os dados obtidos nesta pesquisa bibliográfica complementaram os dados encontrados publicamente. Em relação ao ano obtenção do título, os quatro municípios o consolidaram no ano de 2019. Já quanto as ações que fazem da cidade, Cidade Educadora para além do título, uma das cidades destaca um conjunto de legislações<sup>4</sup> e programas<sup>5</sup>. Financiamento da Educação (FUNDEB), Articulação com entidades<sup>6</sup> não governamentais, profissionais <sup>7</sup>multidisciplinar atuando nas escolas, oficinas semanalmente nas escolas, Plano de Carreira do Magistério, Projeto Político Pedagógico das escolas, Regimentos Escolares, Plano Municipal de Educação, Plano Diretor, Plano Municipal de Saneamento Básico, Documento Orientador Municipal (BNCC) e também os Conselhos<sup>8</sup> Municipais, articulações junto as organizações sociais do território e Educação Integral.

---

<sup>4</sup> Lei da inclusão no 13.146/2015, regime jurídico dos servidores municipais lei no 880/2002, Lei Lucas no 13.722/2018, e a lei do plano de carreira do magistério público municipal nº 1854/2018, lei Aldir Blanc, lei orgânica do município.

<sup>5</sup> Rompendo o Silêncio é Preciso Falar, Projeto Conectados com o Futuro, Projeto Criança não Namora, Criança Brinca, Banda Marcial Infantil; Escolinha de Futsal - Craque na Bola, Craque na Escola; Projeto Escola Sustentável; Projeto Musicalizando Talentos, com o ensino de gaita, violão, teclado, canto, Programas de incentivo ao Ensino Superior com transporte universitário totalmente gratuito; Programa Alfa – SENAR/RS de alfabetização de adultos; Programa Primeira Infância Melhor (PIM), Projeto Crescendo, Programa de oferta gratuita de todo material escolar e pedagógico aos alunos da rede municipal de ensino, Programa de Crédito Educativo Municipal (50% licenciaturas, 40% demais cursos de graduação e 100% medicina), Brinquedoteca, Projeto internet no interior, Café com a prefeita, oficinas semanais de música, teatro, recreação e contação de história.

<sup>6</sup> União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME e também do movimento União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME/RS.

<sup>7</sup> Psicóloga, fonoaudiólogo e psicopedagoga.

<sup>8</sup> Conselho Municipal de Educação e Cultura, Conselho de Alimentação Escolar, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica, Conselho Municipal Desporto, Comissão de avaliação da Carreira do Magistério Municipal. Associações de Pais e Mestres das escolas.

E as demais cidades ressaltam o terceiro turno de atendimento no SUS; banco do empreendedor; oficinas culturais, regularização fundiária, ampliação da educação infantil, atendimento aos grupos da terceira idade e Associações<sup>9</sup>.

Quanto as estruturas e saberes locais das cidades foram destacadas, escolas municipais e estaduais, praças, parques de rodeios, rota das salamarias, casa da cultura, CTGs; as culinárias, os dialetos, o vestuário e costumes. A pecuária, o cultivo da lavoura e o tropeirismo; capital das pedras preciosas, palcos públicos, centro cultural, biblioteca municipal, museu histórico municipal, arquivo histórico municipal, auditório, espaços públicos, salões comunitários, unidades básicas de saúde, unidade móvel de saúde, parque de eventos, museu da pedra e mineralogia, contato com literatura, a dança, a música, o teatro, as tecnologias de informação e comunicação.

Referente a como a cidade ensina as pessoas a participarem e de que forma percebem as crianças, os jovens e idosos, os municípios mencionam que assumindo intencionalidade e responsabilidade com a formação, promoção e desenvolvimento de sua população entendendo a cidade enquanto território existencial, através do diálogo educacional, atividades culturais, valorização de todos os espaços, conscientizando a comunidade, incentivo e apropriação, igualdade de direitos e deveres e também por meio de programas<sup>10</sup>, compreendendo como sujeitos do território que precisam ter o seu direito à cidade a partir de uma proposta centrada na democratização, no diálogo e no planejamento participativo.

Sobre a gestão da cidade, mencionam o conselho municipal de Cidade Educadora; reuniões semanais, planejamentos de ações em conjunto, encontro intersetorial de estudo e formação permanente, diálogos e reflexões. Já quanto a lei de gestão democrática somente um município possui, outro está com projeto na câmara municipal de vereadores e as demais cidades não possuem.

No que diz respeito a organização e vivência do Projeto Político Pedagógico das escolas e a formação continuada dos professores, as cidades destacam que ocorre de forma democrática, participativa, com a presença de todos os segmentos, família, escola e comunidade em geral. Uma das cidades conta com assessoria interna da Secretaria de Educação e externa com assessoria da Universidade de Passo Fundo – UPF.

Tais políticas, projetos e programas de Camargo, Carazinho, Marau e Soledade revelam um compromisso e a decisão de debater, dialogar, planejar e fazer uma cidade com e não para as pessoas. Cabe ressaltar aqui, a inscrição de Passo Fundo a rede de Cidades Educadoras, outro município do norte gaúcho que busca ressignificar e (re)descobrir a sua cidade na dimensão educativa. Reafirmando que não existe um modelo de Cidade Educadora, uma Cidade Educadora se faz permanentemente a partir dos seus processos educativos, na busca do desenvolvimento humano, na construção de políticas públicas que ultrapassam governos e pessoas de governos, na convicção de que para ir ao encontro dos princípios da carta de Cidades Educadoras, o único caminho a ser trilhado é o caminho da democracia, é o caminho que produz cidadania.

---

<sup>9</sup> De Bairros e Comunidades do interior, Secretarias, Departamentos, Centros de Referência, Escolas, Clubes de Serviço, entidades privadas, Associações Cívicas (Associações Culturais, Esportivas, Recreativas, academia de letras, parceria com a Universidade de Passo Fundo, projeto político pedagógico.

<sup>10</sup> De formação continuada (Proforma), programa municipal de avaliação participativa (Promaip) e projeto café com a Prefeita.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo tem como problemática compreender as intersecções relacionadas a constituição e experiências das Cidades Educadoras do norte do Estado do RS com os processos de gestão democrática ao se proporem experienciar o desafio de aderir a Associação Internacional de Cidades Educadoras, assumindo responsabilidades que viabilizam o desenvolvimento e promoção do seu município através de ações e mobilizações coletivas que apontam alternativas para as demandas locais.

Os estudos trazem no projeto de Cidade Educadora uma aposta de futuro ao reinventar os espaços públicos, ao propor uma formação humana integral que ultrapassa os muros da escola e dialoga com uma cidade inteira, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde os direitos se tornam possíveis, os compromissos são firmados mutuamente, entre as pessoas, as instituições civis e o Estado, formando uma grande rede que encoraja, cria caminhos educativos e instiga o espírito da cooperação, solidariedade e fraternidade.

As experiências das quatro cidades presentes no trabalho destacam categorias centrais ao assumirem tal responsabilidade, como por exemplo, o investimento na educação a partir dos projetos e programas, a formação continuada dos professores, permitindo-os qualificarem e refletirem sobre suas práticas e um conjunto de legislações que ampara e dá suporte. A resolução dos desafios cotidianos está no próprio território, na articulação de políticas públicas, nos princípios que fortalecem o exercício da democracia e da cidadania.

Portanto, salienta-se em resposta a problemática desse artigo, que as intersecções indagadas perpassam os princípios da carta das Cidades Educadoras, também impressas na concepção de Gestão Municipal Democrática, ao terem como núcleos fundantes o diálogo, a democracia, a participação social, o compromisso público, a autonomia, princípios que são condições para recriar a vida na cidade sobretudo em uma Cidade Educadora.

A luz destas compreensões, reiteramos que para estudos posteriores podemos aprofundar análises mais densas e qualificadas sobre as demais cidades do Rio Grande do Sul que obtiveram sua inserção no movimento mundial de Cidades Educadoras, trazendo outros conceitos, ideias e abordagens para discutir as temáticas e processos de maturação de municípios que se mostram incansáveis na sua trajetória para o empoderamento e desenvolvimento local.

## REFERÊNCIAS

AICE. *Carta das Cidades Educadoras*. 2020. Disponível em: <<https://www.edcities.org/pt/carta-das-cidades-educadoras/>> Acesso em: 26 mai. 2021.

BENINCÁ, Elli. Indicativos para a elaboração de uma proposta pedagógica. **Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 13-33, dez. 1994.

FREIRE, Paulo. **II Congresso Internacional de Cidades educadoras**, Gotenburgo, Suécia, 25-27 novembro, 1992.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Rio de Janeiro: **Revista Ensaio-Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 14, n. 50, p. 11-25, 2006.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2012.

LAROSSA, Jorge. **Tremores: escritos sobre experiência**. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LEVINSKI, E. Z. **A dimensão político-pedagógica do processo participativo no ensino público municipal de Getúlio Vargas – RS**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

LEVINSKI, Eliara Z.; TASCHELO, Márcio. Cidade Educadora: um desafio para Passo Fundo. In: BARELLI, Cristiane et al (org). **Caderno de educação socioambiental: projeto de extensão Goio-En “Saneamento para a vida”**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo, 2013.

MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de; LUCE, Maria Beatriz. **Gestão Democrática na e da educação: concepções e vivências** In: LUCE, Maria Beatriz. MEDEREIROS, Isabel Letícia Pedroso de (Org). **Gestão escolar democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 15-25.

MOLL, Jaqueline. A escola, a comunidade, a cidade: Reinventar espaços para ressignificar a vida. In: Prefeitura Municipal de Getúlio Vargas. Secretaria Municipal de Educação. Cultura e Desporto. **Saberes & fazeres educativos**. V. 2, n. 1, (jun 2013). Getúlio Vargas. Prefeitura Municipal de Getúlio Vargas, 2013.

PARK, Robert. In: HARVEY. David. **Utopias Dialéticas. Educação e vida urbana: 20 anos de cidades educadoras**. Torres Novas, Portugal: Gráfica Almondina, 2013. p. 45.

SANTOS, Milton. **Territórios Educativos para Educação Integral**. Série Cadernos Pedagógicos. Programa Mais Educação. Brasília, 2010.

*Submetido em outubro de 2021.*

*Aprovado em janeiro de 2022.*

#### **Autoria**

##### **Paula dos Santos Oliveira**

Pedagoga formada pela Universidade de Passo Fundo/RS, integrante do Diretório Acadêmico Santo Agostinho na Faculdade de Educação/UPF, integrante do grupo de Pesquisa e Extensão Políticas e Gestão da Educação (GPEPGE/UPF), professora pesquisadora, encantada pelo campo da Gestão, com ênfase nos processos de gestão democrática, políticas públicas, educação integral e cidades educadoras.

**E-mail:** [paula.s789@gmail.com](mailto:paula.s789@gmail.com)

**ORCID:** <http://orcid.org/0000-0001-7714-3948>

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/3824800116588422>

### **Luciane Spanhol Bordignon**

Possui graduação em Ciências Licenciatura Curta Duração pela Universidade de Passo Fundo (1987), Graduação em Licenciatura Plena Habilitação em Matemática pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (1992), Mestrado em Educação pela Universidade de Passo Fundo (2008), Doutorado Sanduiche no Instituto de Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa (2011), Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014) e Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) da UNESCO. Professora aposentada do Magistério Estadual do Rio Grande do Sul e docente na Universidade de Passo Fundo. Assessora Pedagógica da Divisão UPF Online, docente orientadora do Programa Residência Pedagógica da Universidade de Passo Fundo. Membro do Grupo de Estudos sobre Universidade da Universidade de Passo Fundo - GEU/UPF e do Grupo de Pesquisa e Extensão em Políticas e Gestão da Educação da Universidade de Passo Fundo - GPEPGE/UPF, atuando principalmente nos seguintes temas: educação básica e superior, políticas e gestão da educação, gestão democrática.

**E-mail:** [lucianebordignon@upf.br](mailto:lucianebordignon@upf.br)

**ORCID:** <http://orcid.org/0000-0003-1620-0288>

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5581578176881785>